

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS, NÃO-OBRIGATÓRIAS E AVANÇADAS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS NO BRASIL: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS DE 2002 E 2005*

ANALYSIS OF MANDATORY, NON-MANDATORY AND ADVANCED INFORMATION DISCLOSURE PRACTICES IN FINANCIAL STATEMENTS OF COMPANIES IN BRAZIL: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN 2002 AND 2005

VERA MARIA RODRIGUES PONTE

Professora Titular do Mestrado em Administração de Empresas da Universidade de Fortaleza – CE
E-mail: pontecaminha@pontecaminha.com

MARCELLE COLARES OLIVEIRA

Professora do Mestrado em Administração e da Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Fortaleza
Professora da Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Ceará – CE
Doutora em Controladoria e Contabilidade – USP
E-mail: marcellecolares@unifor.br

HÉBER MOURA

Professor Titular do Curso de Mestrado em Administração da Universidade de Fortaleza – UNIFOR – CE
E-mail: heberm@unifor.br

RENATA COELHO DE ALMEIDA DO CARMO

Graduanda pela Universidade de Fortaleza – CE
E-mail: renatacac@hotmail.com

RESUMO

Em todo o mundo se discute sobre a transparência e a qualidade na divulgação das informações contábeis. No sentido de contribuir para esse debate, o presente estudo procura responder à seguinte questão de pesquisa: Quais as mudanças percebidas na evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas praticada pelas sociedades anônimas no Brasil? Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, cujas amostras são de natureza não-probabilística acidental. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 95 empresas, referentes ao exercício de 2002, e 119 alusivas ao exercício de 2005. No tocante aos itens recomendados pelos pareceres nºs 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM, a pesquisa revela a não-ocorrência de melhoria das práticas de *disclosure* das companhias estudadas. Com relação às informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória propugnadas pelas práticas de governança corporativa, verifica-se um avanço na sua evidenciação pelas empresas analisadas, que dispensam atenção especial à divulgação de suas práticas de responsabilidade social e do Balanço Social, das Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC) e do Valor Adicionado (DVA).

Palavras-chave: Evidenciação. Demonstrações Contábeis. Sociedades Anônimas no Brasil.

ABSTRACT

All over the world, there have been discussions on transparency and quality in the disclosure of accounting information. Aiming at contributing towards this debate, this study seeks to answer the following research question: What are the perceived changes in the disclosure of mandatory, non-mandatory and advanced accounting reporting experienced by companies in Brazil? Financial statements from 95 companies were assessed, referring to corporate annual reports of 2002 and from 119 companies referring to corporate annual reports of 2005. Concerning items recommended in rules numbers 15/87, 17/89 and 19/90 by the Brazilian Securities and Exchange Commission, this research reveals that there was no improvement in the disclosure practices of the companies under analysis. As to advanced and non-mandatory accounting information, proposed by corporate governance practices, an increase in their disclosure was observed, with companies giving special attention to the publication of their social responsibility practices and Corporate Social Reporting, Cash Flow Statements and Statements of Value Added.

Keywords: Disclosure. Financial Statements. Companies in Brazil.

Recebido em 16.12.2006 • Aceito em 18.04.2007 • 2ª versão aceita em 09.08.2007

* artigo originalmente apresentado no 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 26 e 27, julho 2007

1 INTRODUÇÃO

Segundo Ludícibus (2000, p. 20), o objetivo da Contabilidade praticamente permaneceu inalterado ao longo dos anos; as mudanças substanciais verificaram-se nos tipos de usuário e nas formas de informação que têm sido demandadas. O cumprimento da missão da Contabilidade tornou-se mais difícil de ser alcançado, já que cada usuário deseja um conjunto específico de informações capaz de suprir seu modelo decisório.

Segundo Oliveira, Gomes e Costa (2004), a partir da segunda metade do século XX muitos dos usuários da Contabilidade passaram a exigir das empresas a evidenciação de informações nas demonstrações contábeis diferentes das tradicionais, razão pela qual o tema *disclosure* ganhou destaque na pauta de debates da ciência contábil.

Niyama e Gomes (1996, p. 65) afirmam que:

Disclosure [...] diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro.

Segundo Ludícibus (2000, p. 121), a evidenciação:

[...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos. As formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma: apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Para Dantas, Zendersky e Niyama (2004), dado o objetivo maior da Contabilidade, uma atenção especial deve ser dispensada ao papel desempenhado pela evidenciação ou *disclosure*. Para ser consideradas úteis, as demonstrações contábeis devem conter as informações necessárias para uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade.

Estudos científicos têm revelado a preocupação com o *disclosure* de informações contábeis convergentes e amplas, envolvendo aspectos econômicos, financeiros, sociais, ambientais, de produtividade e de gestão, entre outros. A análise da evidenciação dessas informações e o acompanhamento de sua evolução estão cada vez mais presentes nas discussões tanto acadêmicas, quanto empresariais e de órgãos, sejam públicos ou privados, ligados ao mercado de capitais e aos profissionais que interagem direta ou indiretamente com esse mercado.

A tônica dessas discussões, entre outras coisas, está voltada para a definição de quais e de quantas informações contábeis evidenciar, como e por que evidenciá-las.

No Brasil, ainda avança lentamente a adesão à divulgação de informações internacionalmente já instituídas e reconhecidas como relevantes para o eficaz processo decisório dos *stakeholders*.

No Brasil, inserem-se iniciativas pela maior evidenciação de informações econômico-financeiras e por alterações na forma de reconhecimento e mensuração de determinados eventos e transações, privilegiando-se a essência sobre a forma e o fiel cumprimento aos princípios contábeis – esses fazendo parte do próprio arcabouço teórico da contabilidade.

Tais iniciativas envolvem orientações referentes à normatização contábil brasileira editadas pelos mais variados organismos, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e aquelas editadas por entidades reguladoras de segmentos específicos da economia que adotam normatização contábil própria, como o Banco Central do Brasil, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), bem como orientações emanadas de órgãos como a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), entre outros.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre *disclosure*, a presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Quais as mudanças percebidas na evidenciação de informações de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada praticada pelas sociedades anônimas no Brasil?

Para orientar e balizar o presente estudo formularam-se as seguintes hipóteses:

H_0 : A média de informações contábeis de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada evidenciadas pelas empresas coincide nos anos 2002 e 2005;

H_1 : A média de informações contábeis de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada evidenciadas pelas empresas não coincide nos anos 2002 e de 2005.

Assim, a presente pesquisa tem por objetivo geral verificar se as demonstrações contábeis das sociedades anônimas brasileiras referentes ao exercício de 2005 apresentam um maior nível de evidenciação de informações consideradas de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada quando confrontadas com as do ano de 2002.

Para alcance dos objetivos da pesquisa, o trabalho foi segmentado em cinco tópicos. No primeiro, comentam-se as recentes pesquisas brasileiras sobre *disclosure*. Em seguida, trata-se das orientações contidas na Lei das Sociedades por Ações e em Pareceres de Orientação da CVM sobre a divulgação de informações não contempladas nas demons-

trações contábeis tradicionais, consideradas de natureza avançada e não-obrigatória. No terceiro, são apresentados os métodos e técnicas relativos à amostragem utilizada e ao tratamento dos dados consubstanciados nas demons-

trações contábeis. No quarto tópico, apresentam-se os resultados da pesquisa documental. No último tópico, são relatadas as conclusões do estudo.

2 PESQUISAS EMPÍRICAS BRASILEIRAS SOBRE PRÁTICAS DE DISCLOSURE

Em muitos países, pesquisas têm sido realizadas investigando a evidenciação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias. À guisa de exemplo, cite-se Leuz (2000), que estudou os estímulos das empresas alemãs para evidenciação voluntária da Demonstração dos Fluxos de Caixa e observou que, embora ela não fosse uma informação obrigatória na Alemanha até 1998, quando passou a ser requerida para as empresas listadas em Bolsa, um crescente número de empresas a divulgou e o autor associa isso às recomendações das associações de profissionais alemães, à IAS – 7 (Internacional Accounting Standards) e aos padrões contábeis de outros países. O autor faz a análise usando ferramentas estatísticas investigando a divulgação da DFC em 1992, 1994 e 1996, tendo em vista as recomendações de órgãos nacionais (alemães) e/ou internacionais emitidas nesses anos sugerindo sua elaboração, e conclui que o mercado de capitais foi a mola propulsora da divulgação da DFC.

Verrecchia (2001, p. 97-98) estudou a literatura contábil e classificou as pesquisas sobre evidenciação em contabilidade em 3 categorias: pesquisas que investigam os efeitos do *disclosure* no comportamento dos investidores (*association-based disclosure*); pesquisas que investigam os incentivos dos gestores ou empresas para evidenciar determinadas informações (*discretionary-based disclosure*) e pesquisas que visam a descobrir os arranjos de evidenciação preferíveis (*efficiency-based disclosure*). Segundo o autor, nas duas primeiras categorias de pesquisas sobre evidenciação, a coleta de dados ocorre após a divulgação das informações contábeis e, na última, ocorre antes. Nessas pesquisas, os autores utilizam modelos matemáticos para explicar o *disclosure* de informações obrigatórias e voluntárias. Verrecchia (2001) realiza uma análise crítica desses modelos e apresenta um modelo de sua autoria sugerindo a redução da assimetria informacional como um ponto de partida para a integração da eficiência da escolha da evidenciação, dos incentivos do *disclosure* e da endogeneidade do mercado de capitais.

Dye (2001) realizou uma análise crítica do trabalho de Verrecchia (2001) e da literatura por ele utilizada. O autor apresenta discussão sobre a premissa central da literatura a respeito do *disclosure* e as questões conceituais envolvendo os vários modelos matemáticos e apresenta uma avaliação das tendências recentes na literatura sobre *disclosure*: a maioria está baseada em velhos modelos ou assertivas, que não correspondem à concepção do mundo real e têm uso limitado para estudos empíricos.

Devido ao processo de globalização e desenvolvimento do mercado de capitais, tornou-se fundamental a empresa

manter um bom relacionamento com seus *stakeholders*, via transparência das informações contábeis e da gestão empresarial. Pesquisas no Brasil também têm investigado a divulgação de informações contábeis obrigatórias e voluntárias. Nossa e Carvalho (2003) realizaram estudo com o objetivo de investigar o nível de *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas do setor de papel e celulose. Os autores concluíram que o *disclosure* de informações ambientais apresentado pelas empresas diverge com relação aos respectivos portes, aos países de localização e aos tipos de relatório (financeiro ou específico), mostrando-se, ainda, incipiente e frágil em relação ao nível de confiabilidade e comparabilidade das informações.

Cardoso et al. (2003) realizaram estudo exploratório com o objetivo de investigar o grau de transparência com que as informações sobre riscos financeiros e não-financeiros foram abordadas nos relatórios 20F das empresas de telecomunicações, nos anos 2000 e 2001. Os autores concluem que as empresas selecionadas na amostra cumprem rigorosamente o estabelecido na norma expedida pela *Security Exchange Commission* (SEC).

Alves e Oliveira (2003) pesquisaram sobre a evolução da evidenciação da DVA e a geração e distribuição de riqueza nas demonstrações contábeis de uma amostra de 88 empresas brasileiras. Concluíram que cresceu o número de empresas que publicam a DVA, que não havia um consenso acerca da sua localização em meio às demais informações contábeis, nem da utilização de um modelo único para sua evidenciação, embora preponderasse o modelo da Fipecafi.

Oliveira e Ribeiro (2003) analisaram a evolução da evidenciação das informações de natureza ambiental em uma seqüência de três anos da empresa Petrobrás, concluindo que a cada ano a empresa vem evidenciando mais informações, embora todas em notas explicativas, ou seja, não passando pela mensuração e reconhecimento de seus efeitos no patrimônio da empresa.

Segundo Dantas, Zendersky e Niyama (2004), diversos estudos têm evidenciado os benefícios, para as organizações, de um maior nível de evidenciação contábil, e vários outros demonstram a relutância das empresas em aumentar o nível de *disclosure*. Diante dessa realidade, os autores realizaram estudo com o objetivo de discutir essa aparente dualidade, procurando destacar os diversos conceitos relacionados com o tema e utilizando as conclusões de pesquisas empíricas desenvolvidas em âmbitos nacional e internacional para dar suporte às argumentações teóricas. Concluem que um maior nível de *disclosure* representa uma via de mão dupla, pois beneficia os usuários com as infor-

mações de que necessitam para o seu processo decisório, o que reflete na valorização da entidade, aumentando a confiabilidade da organização perante credores, investidores e demais agentes, contribuindo para o aumento da liquidez de suas ações e a redução do custo de capital.

Darós e Borba (2004) realizaram estudo sobre as formas de evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis divulgadas no Brasil. Os autores constataram que a grande maioria das empresas não atende às determinações da CVM, nem evidencia de forma clara, concisa e objetiva as informações referentes às suas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Dutra e Busato (2004) procuraram aferir o grau de transparência das companhias abertas brasileiras no que se refere aos programas de remuneração com uso de opções. Os resultados obtidos indicaram que as normas em vigor no Brasil encontravam-se muito aquém daquelas em vigor nos EUA. Demonstraram, ainda, que não há uniformidade de conteúdo nas divulgações realizadas pelas empresas, algumas delas disponibilizando volume de dados insuficiente para a avaliação do impacto dos programas de opções.

Silva, Rodrigues e Abreu (2004) realizaram pesquisa com o objetivo de verificar se os Relatórios da Administração divulgados pelas empresas representam fonte de informação sobre a organização. Os resultados encontrados mostraram que os Relatórios da Administração possuem informação relevante sobre as companhias analisadas. Segundo os autores, o estudo demonstra que os relatórios otimistas apresentam maior volume de frases sobre reforma administrativa, enquanto os relatórios pessimistas centram sua atenção na conjuntura econômica.

Com o objetivo de verificar o nível de utilização dos conceitos de evidenciação do passivo pelas empresas brasileiras, segundo os padrões introduzidos pelo *Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting (UN-ISAR)*, Santana, Luiz e Ricardinho Filho (2004) analisaram as demonstrações contábeis das dez primeiras empresas classificadas pelo Prêmio Transparência ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2003. Os autores concluíram que as empresas brasileiras ainda evidenciam o passivo de forma tradicional, ou seja, levando preponderantemente em consideração o passivo referente às obrigações legais.

Pereira (2004) estudou as causas da variação do volume de divulgação de informações por parte de uma em-

presa, procurando verificar sua relação com a participação de investidores não-controladores, em especial acionistas minoritários e credores, na estrutura de capital da companhia. O autor encontrou elementos diretamente relacionados com a escolha da estrutura de capital e que podem influenciar o nível de divulgação de uma empresa, como, por exemplo, a sujeição da emissão de títulos à regulamentação e à sua listagem nos mercados de capitais.

Carvalho et al. (2004) analisaram os reflexos da adoção dos conceitos e práticas de governança corporativa na evidenciação das informações contábeis por empresas do setor de papel e celulose, concluindo que apesar de as empresas desse setor estarem sujeitas a uma maior exigência do mercado em evidenciar de maneira transparente suas informações contábeis e de governança, ainda não alcançaram o nível ideal de divulgação de acordo com os conceitos nacionais e internacionais.

Dalmácio e Paulo (2004) investigaram a forma de evidenciação de aspectos socioambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis de empresas industriais, sociedades anônimas, do Estado do Espírito Santo, constatando que as empresas componentes da amostra utilizam o Relatório da Administração e as Notas Explicativas para tornar públicas essas informações.

Medeiros e Quinteiro (2005) avaliaram o efeito da evidenciação de informações contábeis relevantes na mobilidade de capitais internacionais em um conjunto de 22 países, incluindo o Brasil, concluindo que a evidenciação dessas informações afeta positivamente, e que a influência da Contabilidade Fiscal sobre a Contabilidade Financeira afeta negativamente essa mobilidade, e que esse efeito se sobrepõe ao primeiro na decisão de aplicação do investidor.

Borba, Alves e Rover (2005) investigaram as diferentes práticas de evidenciação ambiental nas demonstrações contábeis de companhias brasileiras submetidas à CVM e à SEC, concluindo que nos informes publicados segundo as normas da SEC o objetivo é mensurar e reconhecer o impacto de determinados fatos contábeis sobre o patrimônio da companhia e que nas publicações junto à CVM tais evidências têm caráter publicitário.

Como se pode observar, as pesquisas no Brasil tratam não só das informações contábeis tradicionais, mas também de outras que têm sido consideradas importantes para o processo decisório dos *stakeholders*, tanto internos quanto externos.



3 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DE NATUREZA AVANÇADA E NÃO-OBRIGATÓRIA

Com o objetivo de atender às necessidades dos usuários externos, a Lei nº 6.404/76 define um conjunto mínimo de informações que devem ser disponibilizadas pelas organizações de capital aberto. Nesse sentido, a Contabilidade Financeira é responsável por fornecer as demonstrações contábeis tradicionais – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros ou

Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – e informações suplementares através do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Ocorre que as informações divulgadas nas demonstrações tradicionais parecem não atender às necessidades dos usuários. Daí a evidenciação de informações adicio-

nais via Notas Explicativas ou Relatório da Administração. Preocupados em garantir o fornecimento de informações contábeis capazes de atender às exigências dos usuários externos, com frequência os órgãos reguladores da prática contábil têm expedido normas tratando da divulgação das demonstrações contábeis.

A Lei nº 6.404/76 determina a obrigatoriedade de incluir, no Relatório da Administração: a aquisição de debêntures de própria emissão da empresa (art. 55, § 2.º); as disposições sobre a política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5.º); e a relação dos investimentos em sociedades coligadas e controladas e as modificações ocorridas durante o exercício (art. 243).

A CVM entende que o Relatório da Administração constitui elemento poderoso de comunicação da companhia junto aos acionistas e à comunidade em que está inserida, devendo ser redigido em linguagem simplificada, para ser acessível ao maior número de pessoas e empresas.

A CVM manifestou-se acerca do Relatório da Administração em seus Pareceres de Orientação nºs 15/87, 17/89 e 19/90. De acordo com esses pareceres, o relatório deverá conter as informações contempladas na Lei nº 6.404/76. Entretanto, a título de recomendação e exemplo, a CVM apresenta a relação dos itens que constituem informações que atendam às linhas gerais retrocitadas, já apresentadas por muitas companhias no Brasil (sendo comuns em alguns outros países):

- a) descrição dos negócios, produtos e serviços:** histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda de poder aquisitivo da data do encerramento do exercício social. Algumas empresas apresentam descrição e análise por segmento ou linha de produto, quando relevantes para a sua compreensão e avaliação;
- b) comentários sobre a conjuntura econômica geral:** concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia;
- c) recursos humanos:** número de empregados no término dos dois últimos exercícios e *turnover* nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais;
- d) investimentos:** descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados;
- e) pesquisa e desenvolvimento:** descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos;
- f) novos produtos e serviços:** descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas;
- g) proteção ao meio-ambiente:** descrição e objetivos dos investimentos efetuados e montante aplicado;
- h) reformulações administrativas:** descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização;

i) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos das inversões;

j) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e agrupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em bolsas de valores;

k) perspectivas e planos para o exercício em curso e os vindouros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente citados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada;

l) em se tratando de companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações acima mencionadas, ainda que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

O Parecer de Orientação nº 24/92 da CVM trata dos avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis, apoiando e estimulando iniciativas nesse sentido, apontando como exemplos de formas de enriquecimento da informação levada ao público:

- a) apresentação de demonstrações complementares, como a DFC e a DVA;
- b) apresentação de Notas Explicativas sobre: valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez e resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas;
- c) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas em separado e em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei;
- d) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos.

Iniciativas voltadas para a adoção das normas internacionais são as grandes mudanças de natureza contábil na Lei nº 6.404, propostas pelo Projeto de Lei nº 3.741/2000. As alterações propostas no Projeto de Lei têm como arcabouço teórico básico as recomendações do *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão que congrega as entidades profissionais de Contabilidade de quase todos os países, inclusive o Brasil. Dentre as mudanças propostas, destacam-se: a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela DFC e a obrigatoriedade de elaboração da DVA.

Em junho de 2002, a CVM apresentou uma cartilha de governança corporativa tipicamente brasileira. A Cartilha da CVM dá especial atenção aos aspectos relacionados à evidência contábil, como a adoção de padrões interna-

cionais de contabilidade (IAS/USGAAP); elaboração e divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e da DVA.

Em dezembro de 2002, a Bovespa criou o Novo Mercado, o Nível 1 e o Nível 2 de governança corporativa, que, dentre outras práticas, prevê: melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais a exigência de demonstrações contábeis consolidadas e da demonstração dos fluxos de caixa; disponibilização de balanço anual de acordo com as normas do US GAAP ou do IAS GAAP, para empresas do Nível 2 e Novo Mercado.

Dada a importância e a necessidade de as práticas contábeis brasileiras convergirem com as práticas contábeis internacionais, a CVM aprovou a Deliberação nº 488, de 3 de Outubro de 2005, orientando as companhias a divulgar um conjunto adicional de informações de natureza avan-

çada e não-obrigatória. Devido ao período de investigação deste estudo, as orientações da Deliberação nº 488 não são contempladas na presente pesquisa, limitada ao exame das orientações contidas nos Pareceres de Orientação nºs 15/87, 17/89, 19/90 e 24/92.

Em janeiro de 2006, a Bovespa criou o BOVESPA MAIS, segmento do mercado de balcão organizado, em que podem ser listadas companhias abertas que possuam registro na CVM. Para participar desse segmento, as empresas devem assumir o compromisso com regras de transparência como: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Comentários de Desempenho Consolidados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa em Notas Explicativas.



4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo constitui uma pesquisa exploratória-descritiva, compreendendo uma investigação bibliográfica, para levantamento das orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas no Brasil, ou seja, revisão da literatura disponível sobre o assunto; bem como uma pesquisa documental, para levantamento e análise das informações contidas nas demonstrações contábeis publicadas.

A pesquisa documental compreendeu: a) a delimitação do universo e seleção das empresas a serem pesquisadas; b) a coleta das demonstrações contábeis referentes aos exercícios sociais findos em 31/12/2002 e 31/12/2005 e efetivamente publicadas; c) a análise da conformidade dos itens divulgados nas demonstrações contábeis coletadas, com as orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis avançadas e não-obrigatórias aplicadas às sociedades anônimas no Brasil e d) tabulação, consolidação e análise dos dados.

No contexto econômico atual, de um mundo sem fronteiras, com operações cada vez mais sofisticadas e velozes, considerou-se que o intervalo de três anos compreendendo desde a criação em 2002 dos níveis diferenciados de governança corporativa pela Bovespa, até os dias atuais, seria um período razoável para se averiguar as mudanças ocorridas no nível de evidenciação de informações obrigatórias, não-obrigatórias e avançadas por empresas brasileiras.

O parâmetro para análise das demonstrações contábeis pesquisadas são as informações consideradas de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada conforme referencial teórico, que podem constar do Relatório da Administração e das Notas Explicativas.

Sendo assim, na primeira etapa de desenvolvimento deste estudo teórico-empírico, buscou-se conhecer as orientações legais e regulamentares específicas sobre divulgação de informações contábeis aplicadas às sociedades anônimas no Brasil.

Em seguida, deu-se início à pesquisa documental, para levantamento e análise das informações registradas nas demonstrações contábeis publicadas pelas sociedades anônimas no Brasil. Foram analisadas as demonstrações contábeis de 95 empresas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2002, e de 119 referentes ao exercício encerrado em 31/12/2005. Quanto à composição e dimensionamento das amostras utilizadas, trata-se de amostras não-probabilísticas acidentais, de demonstrações contábeis de sociedades anônimas, publicadas na Gazeta Mercantil, no período de janeiro a março de 2003, e na Gazeta Mercantil e no Valor Econômico, em igual período de 2006.

A justificativa para a amostragem utilizada está relacionada à abrangência, linha editorial e credibilidade dos jornais em que foram publicadas as demonstrações contábeis pesquisadas, tratando-se de periódicos com penetração nacional, especializados em matérias relacionadas ao mundo dos negócios, detentores de grande credibilidade, com bastante utilidade em diversos segmentos. Portanto, com os dados colhidos e analisados, foi possível retratar a evidenciação contábil das sociedades anônimas segundo os parâmetros escolhidos, embora não se possa generalizar as constatações para esse universo de empresas.

Nessa fase da pesquisa, procedeu-se à leitura completa das demonstrações e foram elaboradas tabelas que identificavam as evidenciações praticadas pelas empresas integrantes da amostra nos anos 2002 e 2005. Os dados reunidos nas tabelas foram trabalhados no *software Statistical Package for Social Sciences* SPSS, versão 12.0, e em seguida submetidos a testes estatísticos. Assim, foi realizada análise qualitativa dos dados, por meio de discussão crítica, além de se recorrer à análise quantitativa. Partindo-se do confronto do referencial teórico com os dados colhidos, foi também possível elucidar o problema de pesquisa e erigir conclusões.



5 RESULTADOS DA PESQUISA

O referencial teórico que subsidiou a análise das demonstrações contábeis das companhias pesquisadas, no tocante a informações complementares, de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada, compreendeu:

- os conteúdos abordados no Pareceres de Orientação da CVM nºs 15/87, 17/89 e 19/90, à guisa de exemplo dos itens que constituem informações que atendem às exigências da Lei nº 6.404/76 sobre Relatório da Administração;
- o conteúdo abordado no Parecer de Orientação da CVM nº 24/92, à guisa de exemplo dos itens que constituem informações contábeis avançadas;
- o conteúdo da cartilha de governança corporativa e do Projeto de Lei nº 3.741, no que se referem à evidenciação de informações adicionais, como projetos sociais, EBITDA (lucro antes dos juros, tributos sobre o lucro, depreciação, amortização e exaustão) e Balanço Social, que se alinham às idéias de transparência sobre informações pertinentes ao desenvolvimento dos negócios;
- demais orientações recentes da CVM e da Bovespa, sobre evidenciação da DFC, demonstrações consolidadas e em padrões internacionais;
- e orientações da Lei nº 6.404 no que tange à obrigatoriedade de apresentação de informações específicas no Relatório da Administração.

Conforme mencionado no tópico Metodologia da Pesquisa, as amostras para os anos 2002 e 2005 foram construídas de forma aleatória, não havendo obrigatoriedade de as empresas incluídas na amostra de um exercício ser incluída também na do outro. Assim, vale ressaltar que 27 empresas integrantes da amostra de 2002 também fazem parte da de 2005. Dessa maneira, a análise dos dados é apresentada em dois tópicos, um abordando todo o conjunto de empresas e outro reunindo apenas o das empresas incluídas nas duas amostras.

5.1 Análise dos dados considerando todas as Empresas

A Tabela 1 apresenta os dados levantados para os anos 2002 e 2005, no tocante às orientações dos Pareceres nºs 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM. Apesar de as instruções da CVM determinarem a evidenciação das informações no corpo do Relatório da Administração, considerou-se atendida a recomendação mesmo quando efetuada em Notas Explicativas, já que várias empresas adotam essa prática.

Verifica-se, na Tabela 1, que para cada item recomendado pelos pareceres da CVM, de "A" até "K", foi levantado o número de empresas que o evidenciou nos anos 2002 e 2005. Com o propósito de avaliar a significância das variações observadas, realizou-se para cada tópico um teste de hipótese de diferença de médias entre os dois anos. Baseado na estatística *t-student*, referido teste avalia se são

significativas as diferenças entre as médias de respostas das empresas nos dois períodos.

Consiste, portanto, na avaliação das hipóteses:

H_0 : A média de informações contábeis de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada evidenciadas pelas empresas coincide nos anos 2002 e 2005;

H_1 : A média de informações contábeis de natureza obrigatória, não-obrigatória e avançada evidenciadas pelas empresas não coincide nos anos 2002 e 2005.

Aceitar a hipótese H_0 significa considerar que a proporção das empresas que evidenciaram o particular item não se alterou substancialmente, mercê do estímulo realizado pelos órgãos reguladores e pela sociedade como um todo no sentido de uma maior transparência por parte das empresas brasileiras. Por outro lado, a rejeição da hipótese nula indica a existência de diferença significativa nos resultados das empresas nos dois exercícios considerados. Vale ressaltar que referido teste foi precedido pelo de Levene, para verificar a igualdade das variâncias nas duas populações, tendo sido feitos os ajustes necessários no teste das médias, dependendo de as variâncias populacionais terem sido ou não consideradas iguais.

A Tabela 1 informa os índices das empresas que evidenciaram as informações em 2002 e 2005, considerando o total de 95 no ano 2002 e de 119 em 2005. Também são apresentadas as significâncias estatísticas na forma de *p-values*, correspondentes à probabilidade de ocorrência do *Erro Tipo I* do teste de hipótese, representando a probabilidade de se rejeitar erroneamente a hipótese H_0 . Para o presente estudo, foram considerados significativos apenas valores inferiores a 0,10. Deve ser observado que os resultados gerados pelo teste aqui empregado são os mesmos obtidos para o teste não-paramétrico χ^2 de independência estatística, no sentido de verificar se as frequências observadas diferem significativamente nos dois exercícios observados.

Como muitas empresas que prestaram informações em 2002 não o fizeram em 2005, e vice-versa, há o risco da ocorrência de distorções relativamente à variação verificada entre os dois exercícios. Entretanto, contando com a possibilidade da existência de aleatoriedade nos dois períodos e considerando que se trata de um estudo exploratório sobre o assunto, é válido empreender a comparação entre as diferentes amostras nos dois anos.

A Tabela 2 resume as mudanças de prática ocorridas de 2002 para 2005. A análise dos dados revela que do conjunto de onze itens investigados, sete não apresentam alteração ou seja, a proporção de empresas que estão evidenciando esses tópicos em 2005 não é significativamente diferente da registrada em 2002. Em quatro itens – C, F, H e K – verificou-se uma redução na proporção de empresas que vêm observando as orientações da CVM. Os tópicos

Tabela 1 Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação, no Relatório da Administração e Notas Explicativas, dos itens recomendados nos Pareceres de Orientação da CVM

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	Nº	%	
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício Social	85	90,0	112	94,0	0,228
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia	54	57,0	58	49,0	0,240
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais	55	58,0	45	38,0	0,003
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	62	65,0	73	61,0	0,557
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	23	24,0	28	24,0	0,908
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	30	33,0	12	10,0	0,000
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	30	32,0	36	30,0	0,836
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	46	48,0	30	25,0	0,000
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	57	60,0	81	68,0	0,225
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em Bolsas de Valores	69	73,0	89	75,0	0,723
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada	33	35,0	26	22,0	0,039

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 2 Comportamento de todas as empresas em 2002 e 2005

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	7	A, B, D, E, G, I, J
Itens que apresentaram menor evidenciação em 2005	4	C, F, H, K
Itens que apresentaram maior evidenciação em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores

referentes a novos produtos e serviços (F) e reformulações administrativas (H) podem ter apresentado esse comportamento em função da não-ocorrência de eventos relacionados aos itens, não se registrando, portanto a não-observância maior dos pareceres da CVM em 2005. O mesmo não pode ser afirmado com relação aos itens relacionados com recursos humanos (C) e perspectivas e planos para o

exercício em curso e futuro (K), pois para esses as empresas sempre têm informações a evidenciar.

Com relação à divulgação das informações contábeis avançadas, a Tabela 3 apresenta os dados levantados para os anos 2002 e 2005, no tocante às orientações do Parecer nº 24/92 da CVM, da Cartilha de Governança Corporativa e do Projeto de Lei nº 3.741.

Tabela 3 Comportamento do grupo de empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidenciação, conforme Parecer de Orientação nº 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e anteprojeto de reforma da Lei das S/A

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
L) Demonstração de Fluxo de Caixa	27	28,0	71	60,0	0,000
M) Demonstração do Valor Adicionado	26	27,0	56	47,0	0,003
N) notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez	29	31,0	13	11,0	0,001
O) notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações consolidadas.	26	27,0	34	29,0	0,847
P) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei	33	35,0	16	13,0	0,000
Q) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos	3	3,0	0	0,0	0,083
R) projetos sociais	42	44,0	52	44,0	0,940
S) EBITDA	35	37,0	67	56,0	0,004
T) Balanço Social	16	17,0	34	29,0	0,040

Fonte: Elaboração dos autores

O tratamento dos dados evidenciados na Tabela 3 foi o mesmo para os da Tabela 1. Com relação às informações de natureza avançada, observa-se uma efetiva mudança de comportamento, quando comparados os anos 2002 e 2005 (Tabela 4 ●).

No ano 2002, as empresas dispensaram atenção especial à divulgação de seus projetos sociais, tendo sido esse o item que apresentou a maior frequência de evidenciação, atingindo 44%. Em 2005, esse item continuou a receber ênfase das empresas, repetindo-se a frequência de 44% registrada anteriormente. Outros itens, contudo, passaram a receber maior atenção das empresas. É o caso da DFC, da DVA e do EBITDA. Observa-se, também, uma mudança de comportamento com relação ao tópico Balanço Social, que em 2005 registrou frequência de 29%, quase dobrando o desempenho de 2002 (17%).

As frequências registradas para a DFC (28% em 2002 e 60% em 2005) e da DVA (27% em 2002 e 47% em 2005), comprovam o efetivo reconhecimento da relevância dessas demonstrações para a gestão e avaliação econômico-financeira das organizações.

Em 2005 nenhuma empresa deu ênfase às demonstrações com correção integral, reflexo da Lei nº 9.249, que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço, tanto para fins fiscais quanto para fins societários.

A Tabela 4 revela que para os itens N (notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez) e P (maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas) verificou-se uma redução na proporção de empresas que os evidenciam.

5.2 Análise dos dados das empresas que apresentaram demonstrações em 2002 e 2005

Do conjunto de empresas estudadas, 27 fazem parte da amostra de 2002 e de 2005. As demonstrações dessas companhias foram estudadas em separado, recebendo tratamento estatístico semelhante àquele adotado para o universo estudado. A Tabela 5 ● apresenta as informações levantadas no tocante aos anos 2002 e 2005 relativamente às 27 empresas, no que se refere às orientações dos Pareceres nºs 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM.

Tabela 4 Comportamento das empresas de 2002 a 2005

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	3	O, Q, R
Itens que apresentaram menor evidenciação em 2005	2	N, P
Itens que apresentaram maior evidenciação em 2005	4	L, M, S, T

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 5 Comportamento do grupo de 27 empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidenciação, conforme Pareceres de Orientação da CVM

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
A) descrição dos negócios, produtos e serviços: histórico das vendas físicas dos últimos dois anos e vendas em moeda corrente da data do encerramento do exercício social	27	100,0	25	93,0	0,161
B) comentários sobre a conjuntura econômica geral: concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia	20	74,0	20	74,0	1,000
C) recursos humanos: número de empregados no término dos dois últimos exercícios e <i>turnover</i> nos dois últimos anos; segmentação da mão-de-obra segundo a localização geográfica; nível educacional ou produto; investimento em treinamento; fundos de seguridade e outros planos sociais	22	82,0	15	56,0	0,041
D) investimentos: descrição dos principais investimentos realizados, objetivos, montantes e origens dos recursos alocados	21	78,0	19	70,0	0,543
E) pesquisa e desenvolvimento: descrição sucinta dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação dos projetos	9	33,0	10	37,0	0,781
F) novos produtos e serviços: descrição de novos produtos, serviços e expectativas a eles relacionadas	11	41,0	4	15,0	0,034
G) proteção ao meio-ambiente: descrição e objetivo dos investimentos efetuados e montante aplicado	11	41,0	11	41,0	1,000
H) reformulações administrativas: descrição das mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização	18	67,0	10	37,0	0,029
I) investimentos em controladas e coligadas: indicação dos investimentos efetuados e objetivos pretendidos com as inversões	20	74,0	24	89,0	0,167
J) direitos dos acionistas e dados de mercado: políticas relativas à distribuição de direitos, desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em Bolsas de Valores	24	89,0	23	85,0	0,692
K) perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente, baseada em premissas e fundamentos explicitamente formulados, sendo que essa informação não se confunde com projeções, por não ser quantificada	13	48,0	11	41,0	0,592

Fonte: Elaboração dos autores

A Tabela 6 possibilita uma avaliação da mudança de prática ocorrida entre 2002 e 2005 nas 27 empresas. Observa-se que o grupo agora analisado apresenta comportamento similar ao do conjunto anteriormente investigado, havendo comportamento diferenciado apenas para o tópico “K” (perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros), que nesse caso não apresentou redução na proporção de empresas.

As Tabelas 7 e 8 apresentam os resultados da análise dos dados das 27 empresas no tocante aos tópicos relacionados com a divulgação de informações contábeis avançadas. Os resultados são diferentes dos apresentados nas Tabelas 3 e 4 para os tópicos L, M, S, T. Para esse número menor de companhias não se observa em 2005 uma maior evidenciação das demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, do EBITDA e do Balanço Social. Essa

Tabela 6 Comportamento das 27 empresas nos anos 2002 e 2005

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	8	A, B, D, E, G, I, J, K
Itens que apresentaram menor evidenciação em 2005	3	C, F, H
Itens que apresentaram maior evidenciação em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 7 Comportamento do grupo de 27 empresas pesquisado no tocante à divulgação dos itens recomendados para evidenciação, conforme Parecer de Orientação nº 24/92 da CVM, Cartilha de Governança Corporativa e anteprojeto de reforma da Lei das S/A

Item	2002		2005		Significância Estatística
	nº	%	nº	%	
L) Demonstração de Fluxo de Caixa	11	41,0	17	63,0	0,106
M) Demonstração do Valor Adicionado	9	33,0	14	52,0	0,175
N) notas sobre valor de mercado dos estoques, ouro e ações de alta liquidez	11	41,0	3	11,0	0,013
O) notas sobre resultados por linha de produtos ou negócios, em especial referentes às demonstrações Consolidadas	13	48,0	9	33,0	0,277
P) maior ênfase às demonstrações financeiras consolidadas, de maneira que as demonstrações individualizadas da companhia controladora sejam apresentadas num quadro separado, em menor destaque, contendo as contas e seus respectivos valores exigidos em lei	11	41,0	4	15,0	0,034
Q) maior ênfase às demonstrações com correção integral, de maneira que aquelas elaboradas na forma societária, quando publicadas, sejam também apresentadas em separado, contendo as contas e valores legalmente exigidos	1	4,0	0	0,0	0,322
R) projetos sociais	18	67,0	17	63,0	0,781
S) EBITDA	15	56,0	18	67,0	0,412
T) Balanço Social	6	22,0	7	26,0	0,756

Fonte: Elaboração dos autores

Tabela 8 Comportamento das 27 empresas nos anos 2002 e 2005

Ocorrência	Número de itens	Discriminação de itens
Itens que não apresentaram alteração de comportamento	7	L, M, O, Q, R, S, T
Itens que apresentaram menor evidenciação em 2005	2	N, P
Itens que apresentaram maior evidenciação em 2005	0	

Fonte: Elaboração dos autores

diferença deve-se ao fato de esse grupo já apresentar em 2002 uma elevada evidenciação desses itens. Na verdade, em 2002, essas empresas já adotavam uma prática de evi-

denciação diferente em relação ao grupo das 95 companhias estudadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito aos itens recomendados pelos pareceres nºs 15/87, 17/89 e 19/90 da CVM, a pesquisa revela que apesar da pressão da sociedade por maior transparência nos negócios, não se verifica uma melhoria nas práticas de *disclosure* das companhias brasileiras, quando comparados os anos 2002 e 2005.

Os itens mais evidenciados pelas empresas, em 2005, dizem respeito à descrição dos negócios, produtos e serviços, à conjuntura econômica, a investimentos realizados e direitos dos acionistas. Com relação a esse último item, causa estranheza que apenas 73% das empresas, em 2002, e 75%, em 2005, o tenham apresentado no corpo das demonstrações contábeis, quando a política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos com base em acordo de acionistas constitui exigência expressa na Lei nº 6.404/76, art. 118, § 5.º.

Também causa espécie que a evidenciação de informações sobre recursos humanos e perspectivas e planos para o exercício em curso e os futuros tenha sido objeto de menor evidenciação no ano 2005, quando essas são informações que toda empresa deveria interessar-se em divulgar para o público em geral.

Com relação às informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória propugnadas pelas práticas de governança corporativa sugeridas pelo IBGC, pela Bovespa e pela CVM, verifica-se um avanço na prática de *disclosure* pelas empresas brasileiras. As empresas estão dispensando atenção especial à divulgação de seus projetos sociais, das demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, do EBITDA e do Balanço Social. Esse fato comprova que as companhias já reconhecem como diferencial competitivo a inclusão de informações não exigidas pela legislação em suas demonstrações contábeis.

Além das 27 empresas que divulgaram as demonstrações em 2002 e 2005 nos meios de comunicação utilizados na pesquisa serem todas sociedades abertas, observou-se que 12 delas pertencem a um dos três níveis de governança corporativa da Bovespa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado), o que auxilia na compreensão do elevado nível de evidenciação das informações avançadas e não-obrigatórias sugeridas pela Bovespa, CVM e IBGC.

A presente pesquisa reforça em parte os resultados da pesquisa de Soares (2001), que, investigando a qualidade das demonstrações contábeis das empresas brasileiras, assinala uma mudança de comportamento das empresas de capital aberto, que passaram a dar nova roupagem a seus balanços depois de negociar ações no mercado norte-ame-

ricano. Segundo o autor, as empresas sofisticaram os seus balanços apresentando informações apreciadas pelas boas práticas de relacionamento com o mercado.

Os resultados do estudo levam a concluir que as empresas brasileiras ainda têm muito a evoluir no sentido da transparência e qualidade da divulgação das demonstrações contábeis. Contudo, indicam, também, que o apelo da sociedade no sentido da adoção de boas práticas de governança corporativa parece estar influenciando o comportamento das organizações, que já incluem no corpo das suas demonstrações contábeis publicadas maior volume de informações contábeis de natureza avançada e não-obrigatória.



Referências

- ALVES, J. F. V.; OLIVEIRA, M. C. A evolução da evidenciação da demonstração do valor adicionado no Brasil e a geração e distribuição de riqueza por empresas brasileiras. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 3., 2003, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2003. CD-ROM.
- BORBA, J. A.; ALVES, J. L.; ROVER, S. Análise do conteúdo ambiental das demonstrações contábeis publicadas no Brasil e nos Estados Unidos: um estudo nas companhias com ADR nível III. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2005. CD-ROM.
- CÁRDOSO, R. L.; RICCIO, É. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; MANTOVANI, F. A evolução recente da transparência dos fatores de risco nas informações contábeis: uma análise de empresas brasileiras de telecomunicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2003; Atibaia, *Anais...* Atibaia, 2003, CD-ROM, CCG 811.
- CARVALHO, F. A. et al. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de governança corporativa na transparência das informações evidenciadas por empresas brasileiras do setor de papel e celulose. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade*. 2 ed. Brasília: CFC, 2000.
- DALMÁCIO, F. Z.; PAULO, F. F. M. A evidenciação contábil: publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4., 2004, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2004. CD-ROM.
- DANTAS, J. A.; ZENDERSKY, H. C.; NIYAMA, J. K. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 277.
- DARÓS, L. L.; BORBA, J. A. Evidenciação de instrumentos financeiros derivativos nas demonstrações contábeis: uma análise das empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 1922.
- DELIBERAÇÃO n. 488, de 3 de Outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/deliberacao/cvm488.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- DUTRA, M. G. L.; BUSATO, E. J. O disclosure dos programas de stock options: uma análise da regulamentação em vigor e da transparência das companhias abertas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 2006.
- DYE, R. A. An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, no. 32, p. 181-235, 2001.
- IUDÍCIBUS, S. *Teoria da Contabilidade*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LEI n. 6.404/76. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- LEUZ, C. The development of voluntary cash flow statements in German and the influence of international reporting standards. *Schmalenbach Business Review*, v. 52, n. 2, Apr. 2000.
- MEDEIROS, O. R.; QUINTEIRO, L. G. L. Ambiente de evidenciação contábil e mobilidade de capitais internacionais. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA/USP, 2005. CD-ROM.

NIYAMA, J. K.; GOMES, A. L. O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 1996, Brasília. *Anais...* Brasília, 1996. CD-ROM.

NOSSA, V.; CARVALHO, L. N. G. Uma análise do conteúdo do disclosure ambiental de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2003; Atibaia, *Anais...* Atibaia, 2003, CD-ROM, CCG 1235.

OLIVEIRA, M. C.; RIBEIRO, M. S. Análise da evolução de informações econômico-financeiras de natureza ambiental: o estudo do caso Petrobrás. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 2003, 10, Guarapari-ES. *Anais...* Guarapari, 2003, CD-ROM.

_____; GOMES, C. A. S.; COSTA, D. M. Uma análise do conteúdo e da forma das instituições de natureza sócio-econômica e ambiental divulgadas através das demonstrações contábeis: o caso das empresas baianas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 409.

PARECER DE ORIENTAÇÃO n. 15/87. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2006.

PARECER DE ORIENTAÇÃO n. 17/89. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2006.

PARECER DE ORIENTAÇÃO n. 19/90. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2006.

PARECER DE ORIENTAÇÃO n. 24/92. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em 20 dez. 2006.

PEREIRA, M. A. Estudo do nível de divulgação e sua relação com a estrutura de capital em empresas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM.

PROJETO DE LEI n. 3.741/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/Quadros/quadro_PL/2000.htm>. Acesso em 20 dez. 2006.

SILVA, C. A. T.; RODRIGUES, F. F.; ABREU, R. L. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, EnANPAD, 2004; Curitiba, *Anais...* Curitiba, 2004, CD-ROM, CCG 2500.

SOARES, A. H. 2001. Balanços se sofisticaram para atrair investidor estrangeiro. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 20 set. Caderno Finanças & Mercados, p. B-2.

VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, n. 32, p. 97-180, 2001.

NOTA – Endereço dos autores

Universidade de Fortaleza
Rua Washington Soares, 1321
Edson Queiroz – Fortaleza – CE
60811-341